



Ano XXIX - Vol. XXIX - (1): Janeiro/Dezembro - 2025

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

**Geográfica**  
CIÊNCIA  
[www.agbbauru.org.br](http://www.agbbauru.org.br)

DOI: <https://doi.org/10.18817/26755122.29.1.2025.4185>

## **ENSINO DE REGIÃO NA GEOGRAFIA ESCOLAR: A OPERACIONALIZAÇÃO DE UM PRINCÍPIO DO RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO**

**TEACHING REGION IN SCHOOL GEOGRAPHY: THE OPERATIONALIZATION  
OF A PRINCIPLE OF GEOGRAPHIC REASONING**

**LA ENSEÑANZA DE LA REGIÓN EN LA GEOGRAFÍA ESCOLAR:  
LA OPERACIONALIZACIÓN DE UN PRINCIPIO DE  
RAZONAMIENTO GEOGRÁFICO**

**Raquel Augusta Melilo Carrieri<sup>1</sup>**

0000-0002-5068-7993  
raquelmelilo.ead@gmail.com

1 Graduada em Geografia, Bacharelado e Licenciatura, pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012 e 2013), Mestrado em Educação Tecnológica pelo CEFET-MG e Doutorado em Geografia no Instituto de Geociências da UFMG. Atualmente é professora do Ensino Médio na rede básica de ensino. Também é autora da coleção Anos Finais do Ensino Fundamental (6 ao 9 ano) da Editora Bernoulli. Já produziu material didático para a Fundação Getúlio Vargas e atuou como consultora educacional na elaboração de referenciais curriculares. Concentra suas pesquisas em Ensino de Geografia, Visible Learning e Desing de dados. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5068-7993>. E-mail: [raquelmelilo.ead@gmail.com](mailto:raquelmelilo.ead@gmail.com).

Artigo recebido em dezembro de 2024 e aceito para publicação em maio de 2025.



Este artigo está licenciado sob uma Licença  
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

**RESUMO:** Este artigo parte do pressuposto de que a riqueza analítica do conceito de região precisa ser defendida como ferramenta que proporciona a leitura geográfica dos espaços e fenômenos espaciais. O exercício de regionalização, ao possibilitar a criação de novas regiões e modelos regionais objetiva a visualização e a compreensão de fenômenos de repercussão espacial em diferentes escalas por meio da mobilização de ações mentais complexas. Nesta pesquisa são apresentadas três ações mentais relacionadas ao exercício de regionalização: diferenciar, classificar e representar. Seriam essas ações, isoladas ou em conjunto, princípios do raciocínio geográfico? Ou a regionalização é um desses princípios e precisa ser resgatada como tal? Acredita-se que as ações mentais associadas à regionalização são parte de um movimento que contribui para o desenvolvimento do raciocínio geográfico no ensino de Geografia. Mas esse raciocínio, porque conectado a uma ciência, é composto de princípios. É a partir desse pressuposto, e de teorias que lhe dão suporte, que se defende que a regionalização é um princípio do raciocínio geográfico.

**Palavras-chave:** Região. Regionalização. Raciocínio geográfico.

**ABSTRACT:** This article is based on the idea that the analytical richness of the concept of region needs to be defended as a tool that provides a geographical reading of spaces and spatial phenomena. The exercise of regionalization, by enabling the creation of new regions and regional models, aims to visualize and understand phenomena with spatial repercussions on different scales through the mobilization of complex mental actions. In this research, three mental actions related to the exercise of regionalization are presented: differentiating, classifying and representing. Are these actions, isolated or together, principles of geographic reasoning? Or is regionalization one of these principles and needs to be rescued as such? It is believed that the mental actions associated with regionalization are part of a movement that contributes to the development of geographic reasoning. But this reasoning, because connected to a science, is composed of principles. It is based on this assumption, and theories that support it, that it is argued that regionalization is a principle of geographic reasoning.

**Keywords:** Region. Regionalization. Geographic reasoning.

**RESUMEN:** Este artículo parte del supuesto de que es necesario defender la riqueza analítica del concepto de región como estrategia que proporciona una lectura geográfica de los espacios y los fenómenos espaciales. El ejercicio de la regionalización, al permitir la creación de nuevas regiones y modelos regionales, tiene como objetivo visualizar y comprender fenómenos con repercusiones espaciales en diferentes escalas a través de la movilización de acciones mentales complejas. En esta investigación se presentan tres acciones mentales relacionadas con el ejercicio de la regionalización: diferenciar, clasificar y representar. ¿Son estas acciones, aisladas o en conjunto, principios del razonamiento geográfico? ¿O es la regionalización uno de esos principios y hay que rescatarla como tal? Se cree que las acciones mentales asociadas a la regionalización son parte de un movimiento que contribuye al desarrollo del razonamiento geográfico. Pero este razonamiento, por estar relacionado con una ciencia, se compone de principios. Sobre la base de este supuesto, y de las teorías que lo respaldan, se sostiene que la regionalización es un principio de razonamiento geográfico.

**Palabras clave:** Región. Regionalización. Razonamiento geográfico.

## INTRODUÇÃO

A associação entre regionalização e raciocínio geográfico partiu de uma investigação que tinha como pressuposto a ideia de que o conceito de região pode ser instrumentalizado para a construção de aprendizagens que mobilizam o raciocínio geográfico. Sendo essa investigação uma tese de Doutorado<sup>2</sup>, a pergunta central mobilizou o conjunto de conhecimentos pedagógicos e do conteúdo de Geografia que subsidiaram práticas de ensino que objetivam o desenvolvimento desse raciocínio. Tendo como foco o conceito de região, objetivou-se entender quais ações mentais são provocadas pelo processo de regionalização enquanto exercício didático. Tais ações mentais – diferenciar, classificar e representar – foram entendidas em suas potencialidades cognitivas. Mas seriam elas, isoladas ou em conjunto, princípios do raciocínio geográfico? Ou a regionalização é um desses princípios e precisa ser resgatada como tal? Ao refazer os passos da investigação inicial, e olhá-los sobre outra perspectiva, tentar-se-á responder a essa pergunta.

Vale lembrar que, de início, a procura por elevar o status de região no ensino foi entendida como um empreendimento que esbarra em entraves epistemológicos e alguns preconceitos. A investigação, em alguma medida, ia na contramão de várias tendências que reforçam a importância do lugar enquanto categoria analítica que conseguiria reforçar o sentido de pertencimento do estudante e o interesse desse estudante pela Geografia. Entendeu-se, como ponto de partida para a pesquisa, que o lugar não pode ser a escolha por excelência. Em diversas escalas, a região também pode ativar situações geográficas conectadas ao cotidiano do estudante.

Essa perspectiva, de pensar em um exercício didático que se aproxime do fazer geográfico, vai de encontro ao que está posto na maior parte dos livros didáticos analisados na referida tese. Também nos documentos curriculares estimula-se (quando muito) a pensar nos critérios para as regionalizações, mas não há um incentivo para que o aluno entenda o próprio processo de regionalização. A título de exemplo, vale lembrar que os três principais modelos de regionalização do espaço mundial que aparecem nas matrizes curriculares dos livros e escolas estão desatualizados e não conseguem explicar a atual dinâmica do espaço geográfico global. Os modelos “Norte X Sul”, “Centro X Periferia” e “1º, 2º e 3º mundo” são introduzidos com uma caracterização e descrição historiográfica esvaziada de sentido. Isso ocorre porque os educandos não são estimulados a pensar na lógica que precedeu a construção dos modelos. O problema não seria ensinar modelos descontextualizados e sim em esquecer-se de também ensinar que esses modelos são resultado de uma análise acurada e de procedimentos que organizam os componentes e atributos do espaço geográfico.

Em função dessa consideração, reforça-se a necessidade de ir além da descrição e caracterização de fatos e fenômenos visando superar o conhecimento fragmentado sobre o espaço utilizando um conceito que possui uma coerência funcional. Daí a importância da região. Sua atualidade e riqueza analítica precisam ser defendidas como ferramentas didáticas e analíticas de leitura do mundo. Um exercício de regionalização permite isso: a visualização e a compreensão de fenômenos de repercussão espacial em diferentes escalas por meio da mobilização de ações mentais complexas.

Essas ações mentais complexas são parte de um movimento do desenvolvimento do raciocínio geográfico. Mas esse raciocínio, porque conectado a uma ciência, é composto de princípios. É a partir dessa ideia, do pensamento de Milton Santos e de novas pesquisas, que se defende que a regionalização é um princípio do raciocínio geográfico. O artigo ancora essa defesa a partir da atualização da revisão bibliográfica da tese e do cruzamento entre perspectivas teóricas.

## Região: constructo intelectual

Para a maioria dos geógrafos, a questão de a região ser uma entidade real está morta. Neste artigo, no entanto, decide-se resgatar brevemente as discussões acerca da natureza filosófica do conceito de região antes de se introduzir aspectos do seu desenvolvimento histórico.

De acordo com Grigg (1973), dos que acreditavam que a região era uma entidade real, os defensores principais foram os geógrafos russos e da Europa Oriental. Para esses, a ideia da região como um artifício ou método é caracterizada como subjetiva e ocidental.

Ainda assim, para Grigg (1973), é um engano considerar que as opiniões acerca da natureza do conceito de região sejam enquadradas na dicotomia Leste/Oeste e Capitalismo/Socialismo:

sem dúvida, há geógrafos nos países socialistas que favorecem a opinião de que a região é um artifício em vez de uma entidade, e da mesma forma muitos geógrafos do ocidente ainda tendem a considerar as regiões em algum sentido como entidades em vez de simples resultado de um método de classificação de áreas (Grigg, 1973, p.12).

David Grigg (1973) tem uma fala que é marcada no tempo. O contexto é outro. O mundo da Guerra Fria dividiu visões de mundo e de abordagens científicas. Mas a contraposição entre o conceito como algo dado a priori e o conceito como uma criação intelectual não representa somente o antagonismo da ordem mundial bipolar. Ao longo do desenvolvimento da Geografia como ciência, a região aparecia ora com um “sistema” natural de existência independente, ora como resultado de um método ou análise científica.

Defende-se, portanto, que a região é um constructo intelectual, resultado de elaborações mentais superiores. Em função disso, o artigo apresenta uma breve evolução do termo região a partir somente do seu desenvolvimento e apropriação enquanto conceito da Geografia.

## Escola francesa e a consolidação da região

Diferentemente da região natural, estudada pelos geógrafos deterministas, o paradigma possibilista estabelece uma “região geográfica”. Em oposição ao determinismo ambiental, o possibilismo considera a evolução das relações entre homem e natureza que, ao longo da história, passam de uma adaptação humana e uma ação modeladora, pela qual o homem cria/molda a paisagem. Os três principais expoentes do possibilismo, e como consequência da região geográfica, são Paul Vidal de La Blache, na França, Otto Schlüter, na Alemanha e Carl Sauer, nos Estados Unidos. Aquele que mais teve destaque, no entanto, foi o francês Paul Vidal de La Blache. Da mesma forma como ocorreu na Alemanha, na França começa a se fortalecer estudos que privilegiavam o meio físico em interação com a sociedade.

Os condicionantes políticos e econômicos da França são, no entanto, diferentes daqueles encontrados na Alemanha em finais do século XIX. Tendo se tornado Estado Nacional antes que a Alemanha e experimentado revoluções burguesas mais amplas, a França já tinha no período uma classe urbana e capitalista bem consolidada. A leitura do mundo, realizada pela ciência, adquire um outro caráter para La Blache.

A presença do teor político na obra de Ratzel foi um dos pontos criticado por La Blache, que na sua concepção, servia apenas para justificar o expansionismo alemão. Um segundo ponto tratou da concepção mecanicista da relação Homem/Natureza proposta por Ratzel.

Apesar das críticas tecidas em relação ao trabalho de Ratzel, Vidal de La Blache também realiza uma pesquisa de cunho naturalista, que tem como base a relação Homem/Natureza. Mas, ao contrário da visão determinista, La Blache pensa nas condições e possibilidades resultantes desta relação. Para ele, nessa relação o Homem constrói um conhecimento acerca do meio, que é cumulativo. Ao mesmo tempo que constrói um conhecimento, o Homem cria hábitos, costumes e usos e domina novas técnicas ampliando as condições de transformação e modificação do meio natural. Os hábitos, costumes e usos particulares constituem o conceito de gênero de vida.

Partindo dessa perspectiva, caberia ao geógrafo a identificação de gêneros de vida para depois partir para generalização. Ainda que de maneira indireta, já surge a ideia de região homogênea, uma vez que o que se propõe é a diferenciação de áreas a partir da identificação de suas particularidades.

Embora não seja possível identificar uma formulação do conceito de região em La Blache, suas considerações permitiram a elaboração do conceito de região geográfica pensada a partir da inter-relação de elementos naturais com elementos de natureza histórica e econômica. A definição de região pautar-se-ia na identificação de áreas que apresentassem certa unidade entre seus elementos constituintes.

Essa acepção de região a entende como um dado concreto da realidade. Dessa maneira, cabe ao geógrafo delimitar a região identificando seus elementos constituintes para descrevê-los e interpretá-los. Nesse sentido, a região geográfica não se distanciava da região natural proposta pelos deterministas. Ou seja, a ideia de região como uma entidade palpável, com uma existência independente e passível de ser observada e estudada.

### **A influência da “Nova Geografia”**

A Nova Geografia, fundamentada no positivismo, inaugura uma nova proposição para o conceito de região e um novo método para o processo de regionalização de áreas. A região é vista como um conjunto de áreas que tem elementos comuns entre si que os distinguem dos elementos externos a essa área.

Em alguma medida, a individualização proposta pela ideia de região geográfica já propunha uma individualização com base em identificação de elementos comuns. O que a Nova Geografia inaugura como algo totalmente novo é a forma de se identificar similaridades e diferenças. Essas similaridades e diferenças são definidas por meio de uma mensuração na qual se utilizam técnicas estatísticas descritivas como o desvio-padrão, o coeficiente de variação e a análise de agrupamento.

Se as regiões são definidas estatisticamente, pode-se dizer que não se atribui a elas nenhuma base empírica prévia. Ou seja, são os objetivos da pesquisa que norteiam os critérios a serem selecionados para uma divisão regional. Ao contrário da perspectiva adotada pela região natural e região geográfica, a região para Nova Geografia é resultado de uma criação intelectual.

Há uma gama de possibilidades para se produzir regiões de acordo com o método positivista. Duas visões merecem destaque porque nortearam, em grande medida, muitos trabalhos de regionalização no Brasil e no mundo. São grandes enfoques e não necessariamente métodos específicos. São elas a região simples e a região complexa. As regiões simples são criadas tendo como referência um único critério ou variável. (ex.: regiões de acordo com nível de renda). Já as regiões complexas são obtidas por meio da combinação de mais de um critério ou variável. Esse enfoque, segundo Correa (1986) visa as regiões homogêneas. Por região homogênea o autor se refere a uma unidade agregada de áreas, descrita pela invariabilidade de características analisadas estatisticamente. Mas a concepção de região homogênea não é assim tão defendida pelos geógrafos positivistas.

De fato, no paradigma da Nova Geografia, e o método positivista a ele associado, o método regional deixa de ser associado à diferenciação de áreas e à homogeneização que ele muitas vezes preconiza. Grigg (1973) reforça esse aspecto ao dizer que muitos geógrafos consideravam a regionalização como uma forma de classificação, mas só na década de 1960 a analogia foi elaborada formalmente, por meio da utilização de métodos estatísticos. Já muito utilizado pelas ciências biológicas, e pelos taxonomistas, os métodos estatísticos auxiliavam nos processos de classificação.

Até a década de 1960 existiam poucos textos extensos sobre estatística para uso em Geografia. Grigg (1973) destaca os trabalhos de Gregory (1963) e Guzzort e Dukan (1960). Dessa forma os geógrafos precisaram se voltar para trabalhos em outros ramos da ciência que tivessem um interesse espacial e ao mesmo tempo ecológico.

Embora a classificação não seja o único método regional com base na estatística e inspirado nas ciências naturais, Grigg (1973) reúne os princípios que guiam a regionalização como procedimento de classificação. Seriam esses os princípios:

1. As classificações devem ser projetadas para um fim específico; elas raramente servem igualmente bem para dois fins.
2. Existem diferenças de espécie entre os objetos, os objetos que diferem em espécie não se adaptam facilmente na mesma classificação.
3. As classificações não são absolutas; devem ser alteradas à medida que se obtenha maior conhecimento dos objetos em estudo.
4. A classificação de qualquer grupo de objetos deve-se basear em propriedades que sejam próprias dos objetos, segue-se então que as características diferenciais devem ser propriedades dos objetos classificados.
5. Quando se divide, as divisões devem ser exaustivas e as classes formadas devem excluir-se umas às outras.
6. Quando se divide, cada divisão deve prosseguir em cada fase e tanto quanto possível por toda a divisão com base num princípio.
7. A característica diferencial ou princípio da divisão deve ser importante para o fim da divisão.
8. As propriedades usadas para dividir ou classificar nas categorias mais altas devem ser mais importantes para o fim da divisão que as usadas nas categorias mais baixas (Grigg, 1973, p. 20).

De acordo com estes princípios, a região torna-se uma classe de área formada por diversos indivíduos similares entre si. Várias classes de área organizam-se em um sistema classificatório que podem ser concebidos de dois modos: divisão lógica e agrupamento. A divisão lógica procura diferenciações entre os lugares, enquanto o agrupamento procura regularidades. E diferenciações e regularidades são, para Grigg (1973) meios complementares de se conhecer a realidade.

Um último aspecto deve ser considerado. Para Correa (1986), na Nova Geografia não existe, como na hartshorniana, um método regional, e sim estudos nos quais as regiões formam classificações específicas. Em outras palavras, identificam-se padrões espaciais de fenômenos vistos estaticamente ou em movimento. Neste sentido, a região adquire, junto à sua inexistência como entidade concreta, o sentido de padrão espacial. A Geografia regional, por sua vez, não tem o propósito de reconhecer uma síntese, como em Vidal de la Blache, nem de procurar pela singularidade de cada área, como em Hartshorne.

## A região na Geografia Crítica

A partir da segunda metade da década de 1960, verifica-se nos países de capitalismo avançado o agravamento das tensões sociais, originado de processos inerentes ao próprio modo de produção capitalista. Nesse contexto, uma Geografia Crítica começa a se esboçar, reelaborando métodos e formas de enxergar a organização social. Essa Geografia Crítica consegue reunir teóricos de outros paradigmas, como David Harvey e Yves Lacoste, herdeiros do paradigma positivista e determinista.

Para Correa (1986), a Geografia Crítica no Brasil é marcada no tempo por um evento: o 3º Encontro Nacional dos Geógrafos, realizado em 1978, em Fortaleza. Mas onde quer que esteja a gênese do movimento que faz surgir uma Geografia pautada no materialismo histórico e na dialética, o importante é saber que se fortalece um outro jeito de fazer e pensar Geografia.

O tema região, como não poderia deixar de ser, é retomado pela Geografia Crítica. De maneira geral, guardada as especificações e linhas de pesquisa de cada autor, o conceito de região para Geografia Crítica é bastante trabalhado numa articulação com os modos de produção.

Para Correa (1986), uma tentativa de inserir o conceito de região num quadro teórico mais amplo seria a *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, de Trotsky. A lei do desenvolvimento desigual e combinado expressa uma das leis da dialética: a da interpenetração dos contrários. De maneira resumida esta lei diz que cada aspecto da realidade é constituído de dois processos que se acham relacionados e interpenetrados, mesmo que sejam diferentes e opostos. Esta lei tem uma dimensão espacial, que se verifica através do processo de diferenciação de áreas, ou seja, de regionalização.

Neste caso, a região seria um dado concreto, ou seja, resultado da efetivação de mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos. Nessa concepção, a região se assemelha muito à concepção lablachiana. Conceitualmente, defende Correa (1986), há muitas diferenças:

Ela não tem nada da preconizada harmonia, não é única no sentido vidaliano ou hartshorniano, mas *particular*, ou seja, é a especificação de uma totalidade da qual faz parte através de uma articulação que é ao mesmo tempo funcional e espacial (Correa, 1986, p. 17).

A região, na perspectiva de Correa (1986), não seria simplesmente a combinação de elementos naturais e espaciais que se manifesta de maneira espontânea no espaço. Por isso, o autor quis estabelecer um limite tão claro. A região não seria uma releitura de La Blache ou Hartshorne. A região é a realização de um processo geral, universal, em quadro territorial menor, onde se combinam o geral – o modo dominante de produção, o capitalismo, elemento uniformizador – e o particular – as determinações já efetivadas, elemento de diferenciação.

Correa (1986) pensou em dois aspectos para conectar a Lei de desenvolvimento desigual e combinado com o conceito de região. O primeiro destes aspectos se refere à gênese e à difusão do processo de regionalização, e o segundo, aos mecanismos nos quais o processo realiza-se.

A gênese da regionalização, como processo de diferenciação, vincula-se à história do homem. As sociedades “primitivas” tiveram, ao longo do tempo e do espaço, um desenvolvimento diferenciado, ou seja, processos internos de diferenciação. Alguns fenômenos externos às comunidades foram tornando-

se gerais ao longo do tempo: aparecimento da divisão social do trabalho, da propriedade de terra, dos meios e das técnicas de produção. Estes processos favoreceram a diferenciação intra e intergrupos.

Uma vez iniciada a difusão do processo de regionalização via contatos comerciais, migrações e conquistas, esta assume ritmos distintos, isto é, duração e intensidade que variam. Em determinados momentos e áreas, a regionalização dá-se com maior rapidez e profundidade: a diferenciação de áreas é aí mais notável. Simultaneamente, em outras áreas não ocorre este processo ou ele é extremamente lento.

É no modo de produção capitalista que o processo de regionalização se acentua, marcado pela simultaneidade dos processos de diferenciação e integração. A lei do desenvolvimento desigual e combinado traduz-se, então, no processo de regionalização que diferencia não só países entre si como, em cada um deles, suas partes componentes, originando regiões desigualmente desenvolvidas, mas articuladas.

A leitura de Correa (1986) não é partilhada entre todos os geógrafos críticos. Aluizio Duarte é um dos autores da Geografia Crítica que se preocupa com a atualização do conceito de região para que ele dê conta de explicar novas realidades e perspectivas de pesquisa. Para Duarte (1980), a região é “uma dimensão espacial das especificidades sociais em uma totalidade espaço-social”. Para ele, a região só existe quando há uma sociedade que realmente dirige e organiza o espaço como movimento de resistência à homogeneização do capital. Dessa maneira, se não houver uma elite regional que seja capaz de frear o movimento de resistência, então não há região.

### **Região: espaço-momento**

De acordo com essa perspectiva de Aluizio Duarte (1980), a região tenderia a desaparecer. Sendo a região o resultado de um movimento de resistência à ação local/regional do capitalismo monopolista, não faria sentido considerá-la no contexto de um capital bem mais fluído, que não se estrutura exatamente em pequenos monopólios.

Outro geógrafo que defende que o conceito de região não dá conta de explicar a organização do espaço na atualidade, é Ruy Moreira (2007). Para o autor, as formas geográficas da sociedade mudam substancialmente após a Primeira Revolução Industrial já que o processo produtivo impunha uma uniformização das áreas. Com a Segunda Revolução Industrial, esse processo torna-se global e “os meios de transporte e comunicação e poder de intervenção técnica da humanidade sobre os meios ambientais passavam a se alicerçar na tecnologia da segunda revolução industrial” (Moreira, 2007, p. 2). De acordo com Ruy Moreira, o pós-guerra imprimiu aos geógrafos uma sensação de imobilidade espacial. Em função disso, o entendimento da região como

a forma matricial da organização do espaço terrestre e cuja característica básica é a demarcação territorial de limites rigorosamente precisos. O que os geógrafos viam na paisagem era essa forma geral e de longa duração e passaram a concebê-la como uma porção de espaço cuja unidade é dada por uma forma singular de síntese dos fenômenos físicos e humanos que a diferencia e demarca dos demais espaços regionais na superfície terrestre justamente por sua singularidade (Moreira, 2007, p. 2).

Para Ruy Moreira, a expansão do capital hegemônico em todo planeta teria eliminado as diferenciações regionais e a região é “cada vez menos a forma chave da arrumação dos espaços reais” (Moreira, 2007, p. 3). Com o desenvolvimento dos meios de transferência (transporte, comunicações

e transmissão de energia), tem lugar a mudança associada à rapidez do aumento da densidade e da escala da circulação. Daí, emerge com toda força a categoria rede:

que então surge, articula os diferentes lugares e age como a forma nova de organização geográfica das sociedades, montando a arquitetura das conexões que dão suporte às relações avançadas da produção do mercado. É quando junto à rede se descobre a globalização (Moreira, 2007, p. 3).

Como um dos expoentes da Geografia Crítica, Milton Santos também apresentou estudos que revisitaram e questionaram a atualidade do conceito de região. No livro *Metamorfoses do Espaço Habitado*, escrito em 1988 e com última edição datada de 1997, parece haver uma tendência ao abandono do conceito de região. Isso porque, dos muitos enfoques associados ao conceito de região, Milton Santos advogou a ideia de que as regiões eram tratadas como espaços autossuficientes, que podiam revelar as especificidades locais e permitir análises isoladas do mundo. Mas a mundialização dos espaços impôs uma dinâmica que dificultou a realização de estudos isolados. Dessa maneira, nos novos estudos regionais:

se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo, para captar o elenco de causas e consequências do fenômeno (Santos, 1997, p. 17).

Nessa passagem, Milton Santos parece subverter a concepção de região enquanto categoria que busca a individualização e a síntese para lhe atribuir um valor nos estudos que lidam com a totalidade do espaço. Na análise das relações espaciais atuais, deve-se “apreender objetos e relações com um todo, e só assim estaremos perto de sermos holistas, isto é, gente preocupada com a totalidade.” (Santos, 1997, p. 21).

No livro *Metamorfose do Espaço Habitado* parece, portanto, que a região deveria adquirir um outro caráter, de apreensão da totalidade. Mas isso, seria quase o mesmo que abandonar essa categoria. Ao que tudo indica, alguns geógrafos, como Ruy Moreira, entenderam dessa maneira.

Por sorte, Milton Santos elucida essa questão anos mais tarde, no livro “A Natureza do Espaço” (2002). Ele cria um item só para discorrer sobre a universalidade atual do fenômeno região e explica que da mesma maneira que já houve um movimento que apregoou o fim do território, inclui-se também a negação da região. Mas para Santos “nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização” (Santos, 2002, p. 246). Muito embora a velocidade das transformações mundiais fez com que a configuração regional do passado desmoronasse, isso não significa que a categoria deva ser abandonada: “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam” (Santos, 2002, p. 246).

Dessa maneira, Milton Santos (2002) defende que os geógrafos se acostumaram com a ideia de região como um subespaço longamente elaborado, uma construção estável. No mundo globalizado acelera-se o movimento e mudanças mais repetidas, na forma e no conteúdo das regiões. Isso, no entanto, não descaracteriza as regiões. As regiões não são definidas como tal em função de sua forma e conteúdo. O que faz a região “não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial” (Santos, 2002, p. 247).

Na mesma linha, Rogério Haesbaert (2010) afirma que, mesmo que muitos ignorem a região como um “conceito-chave” da Geografia, ela se mantém firme e suas questões básicas também. Dessa maneira, o autor afirma que a pretensa unidade planetária associada à globalização estão longe de acontecer. Isto porque a região:

enquanto espaço-momento, pode manifestar-se como um conjunto mais articulado ou integrado da leitura e/ou vivência de um grupo e não na de outro, colocando-se os sujeitos sociais, portanto, no centro da regionalização enquanto ação concreta de diferenciação do espaço” (Haesbaert, 2010, p. 196).

Dessa maneira, a continuidade do debate regional precisa colocar a regionalização como uma ação concreta, relacionada a um instrumental teórico e metodológico em constante renovação.

### **Regionalização: ação concreta**

Roberto Lobato Correa (1986) defende a ideia de que a história do pensamento geográfico pode ser entendida por meio das suas escolas, as quais ele também chama de paradigmas, e dos métodos empregados. Os métodos são apropriados de outras ciências e, entre eles, destacam-se o positivismo e o materialismo histórico-dialético.

Ao analisar o desenvolvimento da Geografia, e sua consolidação como ciência depois de La Blache, Correa (1986) nos apresenta o método regional como um paradigma que se opunha ao Determinismo e Possibilismo:

o método regional consiste no terceiro paradigma da Geografia, opondo-se ao determinismo ambiental e ao possibilismo. Nele, a diferenciação de áreas não é vista a partir das relações entre homem e natureza, mas sim da integração os fenômenos heterogêneos em uma dada porção da superfície da Terra. O método regional focaliza assim o estudo de áreas, erigindo não uma relação causal ou paisagem regional, mas sua diferenciação de *per si* como objeto da Geografia (Correa, 1986, p. 7).

Embora o método regional seja, para Correa (1986), um paradigma que se contrapõe ao Determinismo e Possibilismo, ele não tem um marco histórico definido, assim como nenhum dos demais paradigmas o tem. Ou seja, o método regional era empregado antes mesmo que da própria consolidação da Geografia. De acordo com Correa (1986), o filósofo Kant e o geógrafo Carl Ritter, respectivamente no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, já aplicavam métodos regionais nos seus estudos.

No entanto, a Geografia do final do século XIX e início do século XX vivenciava a disputa entre as correntes determinística e possibilística não valorizando o método regional. Na primeira metade do século XX, o positivismo entendeu a regionalização como uma forma de classificação por meio da utilização de métodos estatísticos.

A partir dos anos 1940, com destaque para os Estados Unidos, a tradição dos estudos regionais volta à pauta na Geografia e tem como principal nome o geógrafo Hartshorne. Segundo Correa (1986), Hartshorne considera que a pedra de toque da Geografia é o método regional. A região não seria, para

esse geógrafo, o objeto da Geografia. Para ele, importante é o método identificar as diferenciações de área, que resultam de uma integração única de fenômenos heterogêneos. A região, para Hartshorne, não passa de uma área mostrando a sua unicidade, resultado de uma integração de natureza única de fenômenos heterogêneos.

Outro geógrafo estadunidense que se dedica ao estudo do método regional, como um componente de estudos da Geografia, é Derwent Whittlesey (1954). Ao examinar o conceito regional e o método de estudo regional, o autor adverte que muitos geógrafos têm tentado moldar e avivar o termo técnico “região” tentando torná-lo mais poderoso do que a apropriação não técnica. Um dos problemas, segundo Whittlesey (1954) é que não existe nenhuma outra palavra que possa exprimir, de maneira exclusiva, a ideia consubstanciada nas normas de estudo regional. Ou seja, o método regional não pode ser dissociado de uma delimitação clara do que significa o termo “região” nos estudos geográficos. Para o autor, região

significa uma área de qualquer tamanho ao longo da qual existe uma relação de área correspondente entre os fenômenos. A área é diferenciada pela aplicação de critérios específicos ao espaço terrestre e é homogênea em termos dos critérios pelos quais é definida. Mas uma região, como a palavra é empregada aqui, é mais do que homogênea, ela possui também uma qualidade de coesão que é derivada da relação concordante de características associadas. A observação e medição dos fenômenos constituem o método regional de descoberta da ordem no espaço terrestre (Whittlesey, 1954, p.21 e 22 – tradução nossa).

Fica claro, por meio desse esforço de conceituação, que a região é mais do que a identificação de características comuns a determinadas áreas que lhe dão um caráter de homogeneidade. A região, segundo Whittlesey (1954), possui também a qualidade da coesão, quando se observa os níveis e tipos de relações entre os elementos do espaço. A “ordem” ganha destaque nessa conceituação. Ela se expressa na forma de modelos regionais que só podem ser elaborados segundo a identificação clara de algumas características, que são distribuídas dentro de limites claramente delineados. O ordenamento, portanto, é um movimento intelectual imprescindível ao método regional.

Jan Broek (1972) foi outro geógrafo estadunidense que tentou explicar a natureza da Geografia do século XX. Parte da sua produção está voltada aos estudos da Geografia Cultural e Social. Ele concebe região como “uma área homogênea em termos dos critérios específicos escolhidos para delimitá-la das outras regiões”. (Broek, 1972, p. 72). Dessa maneira, ele também defende a ideia de que a delimitação de uma região se relaciona com uma escolha deliberada do geógrafo. Assim:

a delimitação de uma região baseia-se, sempre, num juízo mental. O reconhecimento das regiões como produtos da mente contrasta agudamente com a velha noção de que as regiões existiam na natureza como fatos objetivos que a ciência, se buscasse com o devido empenho as leis da natureza, poderia descobrir com a tábua dos elementos químicos (Broek, 1972, p. 93).

O reconhecimento da região, para Broek (1972), apresenta-se como vantajosa ao superar o velho dualismo entre os estudos tópicos (Geografia Geral) e estudos regionais (Geografia Regional). Para o autor, o estudo de um campo tópico (específico) na Geografia envolve a identificação de áreas de homogeneidade, que constitui o método regional.

Embora o método regional seja comum a diferentes perspectivas analíticas, os processos e procedimentos adotados são diferentes.

Num estudo regional, partimos da hipótese de que a área é uma região e em seguida examinamos seus componentes e conexões. À luz do conhecimento adquirido, confirmamos ou revemos os limites iniciais e interpretamos a “personalidade” da região como uma complexa associação de características. A abordagem tópica começa com uma indagação, como por exemplo: “Onde ficam os moinhos de farinha os Estados Unidos e qual a razão dessa localização? Os padrões regionais dos moinhos de farinha e de todas as outras características que parecem relevantes para o problema são então examinados e comparados. O processo é fundamentalmente analítico (Broek, 1972, p. 84).

Um dos procedimentos mais importantes destacados por Broek (1972) é o da generalização, que se relaciona não somente ao exercício de regionalização, mas à própria identidade da disciplina. Isso porque a Geografia

generaliza, mas de formas relevantes para os seus próprios problemas. Um desses processos é agrupar fenômenos em categorias (climas, colheitas, aldeamentos, ocupações) e descobrir relações entre as várias categorias em toda a Terra ou suas partes. Por exemplo, a relação entre o clima e a vegetação está bem estabelecida. Ou, com mais cuidado, podemos afirmar que há uma ligação entre o tipo de economia e a taxa de natalidade, entre a renda per capita e a alimentação. (Broek, 1972, p. 73).

A Geografia participa, com outras ciências, do estudo e análise das relações entre aspectos da realidade. O geógrafo, porém, utiliza-se das relações funcionalmente, dividindo a terra em partes significativas. Um exemplo, dado por Broek (1972) seria a análise de mapas mundiais sobre renda per capita, consumo de calorias, uso de energia e a proporção da força de trabalho empregada na agricultura. Essa análise poderia proporcionar um ponto de partida instrutivo para as generalizações conceituais sobre as categorias de países do globo. Trata-se do emprego da regionalização também com a finalidade de instruir.

### **Regionalização: princípio do raciocínio geográfico**

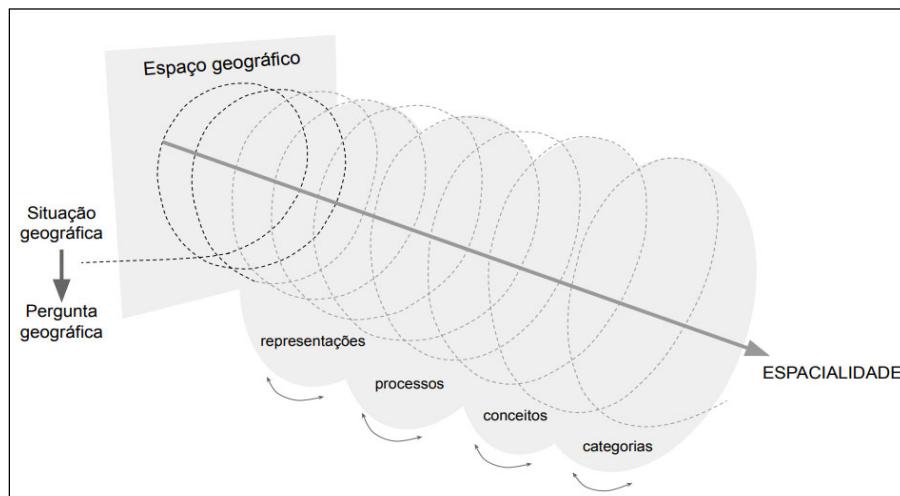
Entre os defensores que a Geografia é uma forma de pensar, destaca-se Gomes (2017). O autor defende a ideia de que a Geografia constitui como uma forma autônoma e original de estruturar o pensamento. Nesse sentido, Gomes (2017) advoga que a Geografia se baseia na estrutura posicional, nas relações e organizações do espaço. Ou seja, a Geografia ocupa-se em compreender a ordem espacial por meio da constituição de quadros geográficos que são capazes de evidenciar “conexões múltiplas pelo jogo de posições, partir da localização para pensar relações, julgar proximidades ou distância” (Gomes, 2017, p. 37).

Ritcher (2010) define o raciocínio geográfico como uma capacidade cognitiva e intelectual que permite “interpretar os elementos e fenômenos que compõem e interferem na produção do mundo, a partir da ótica espacial” (Ritcher, 2010, p. 99). Para o autor, a educação básica deveria auxiliar o desenvolvimento do raciocínio geográfico para que o estudante seja capaz de interpretar elementos do cotidiano sob uma perspectiva espacial.

Bento (2013) também utiliza o termo raciocínio geográfico para nomear o conjunto de movimentos intelectuais que dão corpo e sentido ao fazer geográfico. Para Bento (2013), o raciocínio geográfico possibilita a construção de modos de pensar a partir de lentes geográficas que tem por objetivo promover o entendimento da produção do espaço e do homem.

Castellar e Juliasz (2017) articulam pensamento espacial e raciocínio geográfico. Para as autoras, as habilidades do pensamento espacial como comparação, transição, influência e hierarquia são fundamentais para o desenvolvimento do raciocínio geográfico. Essa articulação entre pensamento espacial e raciocínio geográfico também aparece no trabalho de Castellar e De Paula (2020), mas agora com maior clareza sobre as possibilidades de associação. Neste trabalho, os autores entendem o pensamento espacial como um conteúdo procedimental, cujos fundamentos estão assentados em distintos corpos teóricos. O pensamento espacial não pode, portanto, ser limitado aos processos neurais, às trocas e conexões internas na mente e nem a ações específicas de representação gráfica do espaço. Entendendo o pensamento espacial de maneira abrangente, Castellar e De Paula (2020) defendem que os campos de conhecimento do pensamento espacial, associados ao estatuto epistemológico da Geografia, auxiliam no desenvolvimento do raciocínio geográfico, sendo este “uma forma de responder porque as coisas estão onde estão e ver que o mundo e a vida não podem ser entendidos se deixamos de aprender Geografia” (Castellar; De Paula, 2020, p. 316).

Ao selecionar os autores supracitados infere-se que as práticas de pesquisa e ensino de/em Geografia, para estimularem o raciocínio geográfico, precisam articular linguagens, estruturas de pensamento e formas próprias do fazer geográfico. Nesse sentido, emerge um modelo de raciocínio geográfico, que responde aos pressupostos considerados nesta pesquisa.



Fonte: Melilo (2023).

**Figura 1.** Modelo de raciocínio geográfico.

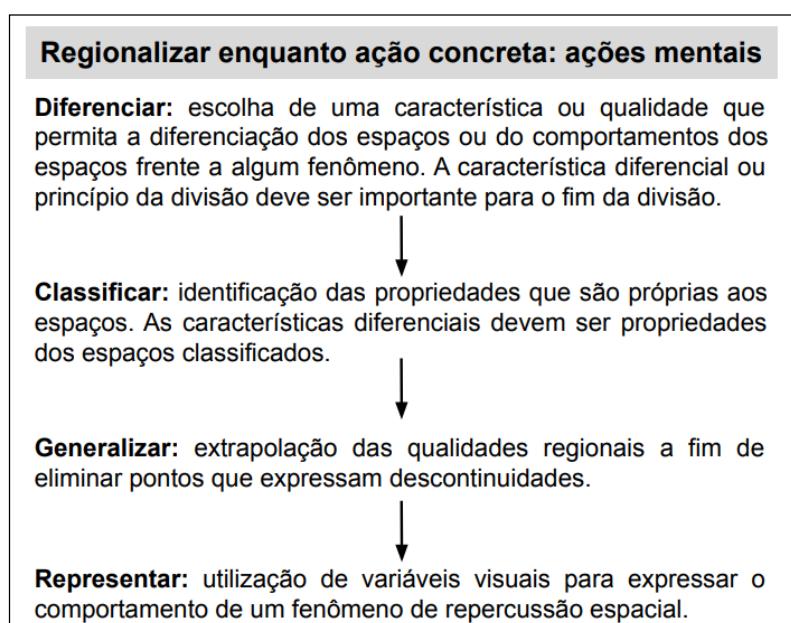
O modelo mostra que não há possibilidade de selecionar, a priori, quais são as ações mentais que devem ser mobilizados num processo de investigação. Além disso, ele sugere uma conexão direta entre os movimentos de construção do raciocínio geográfico com o conteúdo da Geografia já que essa construção organiza elementos do conhecimento e elementos da realidade para a compreensão da espacialidade dos fenômenos e eventos. Reforça-se, portanto, que o conceito de região, precisa ser operacionalizado em articulação com outros elementos do conhecimento para que uma investigação de cunho geográfico possa acontecer.

Sônia Castellar (2019), uma das autoras da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>3</sup>, entende que uma das maneiras de operacionalizar o raciocínio geográfico é organizá-la em princípios. A autora

toma como base o trabalho de Ruy Moreira para defender que os princípios podem subsidiar a análise de problemas, situações e fenômenos no ensino de Geografia. Os princípios são, para Moreira (2013), os elementos fundantes que permitem compreender cada uma das fases de produção do espaço.

Tomando como base o pensamento de Ruy Moreira, a BNCC (2018) aponta para o desenvolvimento das práticas pedagógicas a partir de situações geográficas (Silveira, 1999) e mobilizando os princípios raciocínio geográfico: analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão e ordem, que são elementos preponderantes na abordagem geográfica (Brasil, 2018).

Para defender que a regionalização é um princípio do raciocínio geográfico, buscou-se valorizar as ações entendidas como importantes para o exercício de regionalização. Entende-se, portanto, que os princípios são proposições que norteiam os estudos de uma determinada área da ciência e permitem a produção de novos conhecimentos. Selecionou-se três grandes ações mentais:



Fonte: Elaborado pela autora.

**Figura 2.** Ações mentais específicas do exercício de regionalização.

De todos os movimentos apresentados no quadro, destacou-se: “diferenciar”, “classificar” e “representar”. As três ações intelectuais auxiliam no desenvolvimento raciocínio geográfico porque lidam diretamente com a compreensão da espacialidade do fenômeno de uma dada situação geográfica. Embora não sejam exclusivas do raciocínio geográfico, essas ações configuram um conjunto coerente de movimentos que levam à regionalização. Ademais, entendeu-se que a generalização é inerente aos processos de classificação e representação e que só necessita de tratamento individualizado quando do uso em atividades de ensino na Geografia Escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assumiu-se, já de início, que os conceitos compõem um sistema mais amplo que possibilita a construção do raciocínio geográfico. É também por meio dos conceitos que o ensino de Geografia possibilita o desenvolvimento de habilidades intelectuais que tornam consciente o próprio ato de pensar.

A regionalização, associada a uma intencionalidade de pesquisa e/ou ensino, pode ser entendida como um dos princípios do raciocínio geográfico. Nesse sentido, resgata-se a ideia de princípio da maneira como foi defendida por Carneiro et al (2005), entendendo-o como “um ponto de partida, uma referência de certo modo inquestionável sem a qual não se pode avançar, em ciência, com qualquer segurança” (Carneiro et al., 2005).

Afirmar que a regionalização é um dos princípios do raciocínio geográfico significa, portanto, entender que o ato de regionalizar pode fornecer bases sólidas para um processo de investigação. Além disso, tratá-la como um princípio permite recuperar sua dimensão analítica e sua importância para a própria conformação da Geografia como ciência. Isso porque, os passos operacionais demandados para a criação de um mapa de regionalização são elementos de composição e síntese para interpretação geográfica. Não podem ser vistos, portanto, como meras ferramentas de organização espacial.

## NOTAS

- 2 MELILO CARRIERI, Raquel Augusta. Regionalização: a construção de um conhecimento pedagógico do conteúdo / Raquel Augusta Melilo Carrieri. Tese defendida em 2023.
- 3 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada em 2018, é o documento que estabelece as diretrizes curriculares para Educação Básica no Brasil, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9394/96).

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão Final. Brasília: MEC. 2018.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. 7<sup>a</sup> edição. São Paulo, Ática. 1986.
- DUARTE, Aloízio Duarte. Regionalização - Considerações Metodológicas. **Boletim de Geografia Teórica**. Rio. Claro, v. 10, nº 20, p. 5-32, 1980.
- BENTO, Izabella Peracini. **A mediação didática na construção do conhecimento geográfico**: uma análise do processo de ensino e aprendizagem de jovens do ensino médio e da potencialidade do lugar. 2013. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.
- BROEK, Jan O.M. **Iniciação ao estudo da Geografia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; JULIASZ, Paula Cristiane Strina. Educação Geográfica e Pensamento Espacial: conceitos e representações. **Acta Geográfica**, Boa Vista, Edição Especial p.160-178, 2017. Disponível em: <<https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/4779>>. Acesso em: 05 jul. 2022.
- CASTELLAR, Sônia Maria Vanzella. Raciocínio geográfico e a Teoria do Reconhecimento na formação do professor de Geografia. **Revista Signos Geográficos**, v. 1, p. 20-20, 2019.
- CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella; JULIASZ, Paula Cristiane Strina. Educação Geográfica e Pensamento Espacial: conceitos e representações. **Acta Geográfica**, Boa Vista, Edição Especial p.160-178, 2017. Disponível em: <<https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/4779>>. Acesso em: 05 jul. 2022.
- GOMES, Paulo Cezar da Costa. **Quadros geográficos**: uma forma de ver, uma forma de pensar. Rio

de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GRIGG, David. Regiões, modelos e classes. **Boletim Geográfico**, n.32. Rio de Janeiro, 1973.

HAESBAERT, R. **Regional-Global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Etc..., espaço, tempo e crítica**. N° 1(3), Vol. 1, 1º de junho de 2007, ISSN 1981-3732.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2013.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo, Hucitec, 1997.

RICHTER, Denis. **Raciocínio Geográfico e Mapas Mentais**: a leitura espacial do cotidiano por alunos do Ensino Médio. 2010. 320 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

WHITTLESEY, Derwent. The regional concept and the regional method. In: **American Geography; Inventory and Prospect**, P.E, James, C.R. James and J.K. Wright (Eds.), Syracuse, Syracuse University Press, p. 19-70. 1974.

